



1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS/PR**
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC** Rua Jacy Loureiro de
3 Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' -
4 **Palácio das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**

6 **Curitiba - Paraná**



7
8 **Assembleia Ordinária do**
9 **Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR 11/09/2015**

10 Aos onze dias do mês de setembro do ano de 2015, às 8h 30 min. em primeira convocação, na sala de
11 reuniões do 7º andar da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social- SEDS, Palácio das
12 Araucárias, sito à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº Bairro Centro Cívico, em Curitiba - Paraná, foi dado
13 início à Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social, para qual os Conselheiros foram
14 previamente convocados. A saudação inicial foi proferida pelo Conselheiro presidente Rubens Marcon,
15 representante da Sociedade Civil Recanto Espirita Somos Todos Irmãos, do município de Maringá. Como é
16 de praxe, a auto apresentação dos Conselheiros foi levada a efeito, saber: - Presenças: Presidente
17 Rubens Marcon (Recanto Espirita Somos Todos Irmãos)(Regional de Maringá), Leandro Nunes Meller
18 (UTGDC-SEDS), Artur dos Santos Andrade (Núcleo de Ação Solidária à AIDS-NASA), Inês Roseli Tonello
19 (Assoc. De Pais e Amigos dos Excepcionais -APAE), Maria Auxiliadora Marçal de Lima (Sarandi), Silvana
20 Hertz (CRESS – 11º Regional Cianorte), Teresinha Maria WOLFF (Sindicato dos Assistentes Sociais Do
21 Paraná -Regional de Paranavaí), Paulo Silvério Pereira (APAE de Ibiporã – Regional de Londrina), Andréia
22 Gomes dos Santos (CRESS- Regional de Paraguá), Rosilene Lavezzo Mello (CREES -Regional de Pitanga),
23 Evandra Correa de Oliveira (CREES -Regional de Campo Mourão), Marta Maria dos Santos (Usuária
24 -Regional de Cascavel), Zilma Moraes de Oliveira (Usuária -Regional de Maringá), Vanderlei Augusto da
25 Silva (Assoc. De Amigos da Pastoral da Criança -ACAPAC -Regional de Cascavel), Mileny de Lima (CREES
26 -Regional de Jacarézinho), Cintia Beal Rusch (SEPL), Tatiana Possa Schafachek (SEDS – Gestão do
27 SUAS), Karen Godoy dos Santos (SEED), Viviane Ribeiro Santos (SETI), Dra Daniela Luiz Simões (PGE),
28 Maria de Lourdes San Roman (Superintendência de Assistência sócia – SEDS), Lorena Mylla Gonçalves
29 (COHAPAR) -Total: - 22 Conselheiros. Já na sequência, o Vice Presidente Leandro Nunes Meller usou da
30 palavra afirmando que este encontro tem caráter especial, já que antecede a Conferência a ser realizada
31 nos dia 7-8 e 9 de Outubro/2015. O CEAS/PR vem trabalhando desde o início do ano, existindo demandas
32 e urgências dentro do processo da Conferência. Sugeriu que a Assembleia de Outubro pudesse ocorrer no
33 dia 06, para os últimos ajustes. Relatou também que no dia anterior acompanhou o Presidente Rubens
34 Marcon numa agenda com a Secretaria Fernanda Richa , aproximando a pauta do Conselho; em conversa
35 com Superintendente Maria de Lourdes, outras reflexões aconteceram, alinhando o Colegiado com a
36 equipe técnica, aprofundando as relações com os Escritórios Regionais, já que os CEAS é composto com
37 pluralidade, cada um tendo as suas potencialidades para somar, em benefícios da Assistência Social. °
38 **Registrada a chegada do Conselheiro Ricardo Vilarinho da Costa (Universidade Livre para**
39 **eficiência Humana)**. Desejando a todos uma reunião produtiva o Presidente Rubens Marcon relatou
40 sobre sua ida a Brasília e a flagrante preocupação apresentada pelos Estados. O encontro com a
41 Secretaria Fernanda Richa foi amistoso e promissor. Considerou ainda que apesar dos momentos difíceis,
42 não é positivo que se remoam as dificuldades, que deverão ser diluídas ao longo da caminhada.
43 °**Apreciação da Pauta - Inclusões** – a) Conselheiro Vanderlei - pautar diálogo entre CEAS e os
44 Escritórios Regionais. b) Conselheira Tatiana – Avaliação do Plano Decenal 2005/2015. c) Conselheira
45 Rosilene – Capacitação referente a saúde mental dos trabalhadores da assistência social. d) Carmen
46 Zadra – Resoluções para aprovação do Coficanciamento de serviços de acolhimento . - **Informes** -
47 Situação dos contratos e convênios para atender pessoas com deficiências – Situação do Termo de
48 adesão Centro POP e Residências. - Resultados do Programa Família Paranaense. - **Conselheiros**
49 **Leandro Nunes Meller** – informes sobre a eleição do CEDCA. – **Presidente Rubens Marcon** –
50 Importância da remessa de documentos aos conselheiros, para efetuarem a leitura das pautas e
51 propostas – solicitação de informações sobre o Fundo de Combate à pobreza. **Apreciação da Ata do**
52 **mês de Agosto/2015 – Aprovada ° Informes da Secretaria Executiva - Helena Navarro**
53 **Gimenez ° Registrada a chegada da representante do Núcleo Jurídico da SEDS, Dra Daniele**
54 **Vieira.** ° Em 17/08/2015, recebido o ofício 024/2015, procedente do CMAS de Mamborê, referente ao
55 demonstrativo de despesas FMAS. ° Em 17/08/2015, recebido o ofício nº 02/2015, do CMAS de Boa Vista
56 da Aparecida, em resposta ao ofício 100/2015. ° Em 21/08/2015 recebido o ofício nº 05/2015,
57 procedente do CMAS de Quatro Pontes, em resposta ao ofício 124/2015/CEAS. ° Em 02/09/2015 recebido
58 o Memo 268/2015 procedente do Escritório regional de Francisco Beltrão, solicitando parecer do CEAS no
59 que se refere a Entidade Santa Aliança, Assistência e Caridade. ° Em 03/09/2015 recebido o ofício
60 174/2015, procedente do município de Pitanga, em resposta ao ofício nº 155/2015/CEAS. ° Em
61 03/09/2015 recebido ofício procedente do SENAC, disponibilizando o auditório daquela instituição para
62 realizar as atividades de grupo da conferência Estadual. ° **Justificativas de ausências.** - Conselheiro
63

64 Denis Cesar Musial – Por Motivo de Trabalho . - Conselheiro Luiz Henrique Tortola estará ausente, porém
65 sua suplente Evandra de Oliveira far-se-á presente. - O Conselheiro José Araújo da Silva justificou sua
66 ausência na assembleia do CEAS, por conta de compromissos assumidos anteriormente. - A Conselheira
67 Noemi Brittes (SESA) justificou ausência, tendo em vista estar usufruindo do seu período de licença. °
68 **Registrada a chegada das Conselheiras Dulce Darolt (SEJU), Iva Sandra (SEAB), Carlos da**
69 **Silva (Usuário) Márcia Mazzarotto (GOGEMAS) . ° Relatórios das Comissões. ° Comissão**
70 **Organizadora da XI Conferência Estadual de Assistência Social. 1.1 Municípios que não**
71 **realizaram a Conferência Municipal de Assistência Social:** A Secretaria Executiva fez o relato dos
72 municípios que não realizaram a Conferência e dos municípios que realizarão somente no mês de
73 setembro. No total, 3 municípios não realizaram, e 4 realizarão em Setembro. **Parecer da Comissão:**
74 Solicitar justificativas aos municípios que não realizaram a Conferência e o envio das Atas dos CMAS que
75 demonstrem a ciência do Conselho, e orientar os 4 municípios que realizarão em Setembro que eles
76 perderão as vagas para a Conferência Estadual e Nacional, bem como sobre a ausência das propostas no
77 relatório da conferência estadual. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão com a ressalva de
78 que aos municípios que realizarem a conferência será garantido a ocupação das vagas previstas para a
79 conferência estadual, devendo ser verificada a representação de pitanga na conferência estadual. **1.2**
80 **Municípios que não encaminharam ficha de inscrição para a Conferência Estadual e Nacional**
81 **conforme modelo do CEAS/PR:** A Secretaria Executiva relatou que muitos Escritórios Regionais da
82 SEDS entraram em contato com a SEC e informaram sobre o não envio das fichas de inscrições dos
83 delegados, conforme modelo disponibilizado pelo CEAS, para a Conferência Estadual e Nacional. Em
84 relação aos municípios que elegeram delegados fora da representação ou segmento determinado pelo
85 CEAS, ou que não enviaram delegados (de qualquer segmento) para a Conferência Estadual, deverá ser
86 solicitado justificativa aos Escritórios Regionais. **Parecer da Comissão:** Encaminhar orientação aos
87 Escritórios Regionais informando que a ausência das fichas de inscrições, no modelo disponibilizado pelo
88 CEAS, ocorrerá a perda de vaga do município para a Conferência Estadual e Nacional. **Parecer do CEAS:**
89 Aprovado o parecer da comissão com relação as fichas, sendo que com relação aos delegados deverá ser
90 cumprida efetivamente a paridade entre os delegados, para o caso dos municípios que apresentaram
91 delegados de segmento diferente do inicialmente previsto. A equipe técnica da seds deverá encaminhar
92 junto ao escritório e município a possibilidade de substituição desde que, não altere a referida paridade.
93 **1.3 Relato do Encontro do CNAS sobre o processo conferencial: 1.4 Minuta de Regimento**
94 **Interno da XI Conferência Estadual:** A minuta de Regimento Interno foi apreciada e os conselheiros
95 solicitaram alguns ajustes. **Parecer da Comissão:** Aprovado o Regimento Interno da Conferência
96 Estadual. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **1.5 Sistematização das propostas das Conferências**
97 **Municipais:** A Sistematização ainda não foi concluída e será apresentada em momento oportuno.
98 **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** ciente do relatório, ficando deliberado que a reunião
99 de outubro será convocado para o dia 06/10. Algumas discussões ocorreram, por conta de municípios
100 que realizaram suas Conferências fora do prazo, e assim estariam deixando de participar da construção
101 do Plano para os próximos 10 ANOS. Segundo a palavra do Presidente Rubens, nenhuma iniciativa será
102 tomada sem ser feita uma averiguação. Sabe-se que somente três municípios não realizaram seus
103 eventos, e Brasília deseja compreender a motivação real, para poder oportunizar. Foi ventilado em
104 Brasília que 23% dos municípios não efetivaram suas Conferências, mas no Paraná contabilizou-se
105 somente 1%. De acordo com o Vice Presidente Leandro, se o município encaminhar o nome do Delegado
106 para a SEDS, não existe motivo para não haver aceite, uma vez que ainda não se fechou a licitação.
107 Concordando, o Presidente Rubens Marcon considerou que se for possível oportunizar, não existe mesmo
108 razão. Todas as regras tem as suas exceções! Concluiu ser válido que se mantenham os critérios que o
109 próprio Conselho estabeleceu, no entanto não havendo cumprimento dos prazos, é certo que decorrerão
110 penalidades, ainda objetivando esclarecer, o Conselheiro Leandro Nunes Meller revelou que os trabalhos
111 da Comissão da Conferência não se encerram com o término do evento. A vinda dos Conselheiros é
112 lícita e caso o Delegado não compareça, o Estado abrirá um processo de ressarcimento, caso não haja
113 uma justificativa plausível. O que irá gerar esse custo é justamente a inscrição. ° **Registrada a chegada**
114 **das Conselheiras Elenice Malzoni(CPSE), Marcela Evangelista (GFS), Letícia Reis (Programa**
115 **Família Paranaense), Gladys Tortato (CPSB), Marli Mussulini (SEDS) e Katy(MP/PR).** Na
116 continuidade, foi proposto que não se quebrassem a paridade na destinação das vagas, liberando um
117 percentual da proporcionalidade. ° **Relato da Comissão de Financiamento e Gerenciamento do**
118 **Fundo – Marcela Evangelista – 1.1 Balancete FEAS:** A técnica Marcela Evangelista apresentou o
119 Balancete de Agosto/2015 do FEAS. **PARECER DA COMISSÃO: CIENTE - PARECER DO CEAS: Ciente**
120 **1.2 Ofício nº 174/2015 do município de Pitanga – resposta sobre o uso do Centro Social**
121 **urbano :** O município de Pitanga apresentou justificativa sobre a utilização do Centro Social Urbano João
122 Gonçalves Padilha, reformado com recursos do FEAS Emergencial, durante o período em que o município
123 não está em situação de emergência. - **PARECER DA COMISSÃO:** Solicitar ao ER de Guarapuava visita
124 ao local para verificar como se dá o funcionamento e utilização do Centro Social Urbano João Gonçalves
125 Padilha e as atividades ali desenvolvidas. **PARECER DO CEAS:** Aprovado - **1.3 Ofício nº**
126 **634/2015/GAB/SNAS/MDS:** O MDS retornou, através do ofício nº 634/2015/GAB/SNAS/MDS, os

127 ofícios nº 312/2014 e 151/2015 do CEAS sobre o repasse de recursos do FNAS. - **PARECER DA**
128 **COMISSÃO: CIENTE - PARECER DO CEAS: Ciente - 1.4 Protocolado nº 11.449.059-8 – CRAS do**
129 **município de Vera Cruz do Oeste** : O município de Vera Cruz do Oeste solicita a utilização do saldo de
130 recursos, no valor de R\$ 36.189,58, do convênio nº 083/2012, cujo objeto era Construção de CRAS, para
131 ampliação do espaço com a construção de mais uma sala. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO -**
132 **PARECER DO CEAS: Aprovado - 1.5 Território da Juventude:** O Conselheiro Governamental Leandro
133 Meller, solicita a inclusão do município de Santo Antonio do Sudoeste no Programa Territórios da
134 Juventude, nos termos da Del. Nº 61/2013, tendo em vista que o município apresenta alta demanda
135 com adolescentes. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. Solicitar para CPSB os critérios para**
136 **adesão ao programa. - PARECER DO CEAS: Aprovado - 1.6 Protocolados: 13.507.822-0 –**
137 **Município de Nova Prata do Iguaçu; 13.489.215-3 – Município de Brasilândia do Sul;**
138 **13.486.776-0 – Município de Laranjal** :A técnica Marcela Evangelista apresentou à Comissão relato
139 das prestações de contas do PPAS, sobre os municípios de Nova Prata do Iguaçu, Brasilândia do Sul e
140 Laranjal, quanto a execução de recursos com refeições (almoço) oferecidos aos grupos nos CRAS, e
141 gastos com panetões e cestas de natal. - **PARECER DA COMISSÃO:** Solicitar a Superintendência da
142 Assistência Social, em conjunto com a CPSB, GFS/GF e as demais coordenadorias envolvidas, a
143 elaboração de uma nota técnica, a ser aprovada pelo CEAS, para regulamentar os gastos de recursos do
144 FEAS repassados fundo a fundo, com eventos. **PARECER DO CEAS:** Aprovado. ° **Apresentação dos**
145 **resultados do Programa Família Paranaense - “Uma Nova Vida Começa Aqui” - Conselheira**
146 **Letícia Reis.** Agradecimentos foram dirigidos à equipe do Núcleo de Gestão da Informação que elaborou
147 o panorama de avaliação estatística, do comportamento da vulnerabilidade das famílias desse programa
148 (baseada numa cadeia de relações entre dimensões ambientais, econômicas e sociais). Segundo Letícia
149 Reis, há tempos havia a intenção de trazer esse panorama para o Conselho e agora se oportuniza um
150 estudo diferente. ° Fonte de dados – CADÚnico – versão 7. O índice final acabou envolvendo 19
151 componentes. ° Adequação do Domicílio – 5 componentes. ° Perfil e composição familiar – 9
152 componentes. ° Acesso ao trabalho e renda – 2 componentes. ° Condições de escolaridade – 3
153 componentes. ° **Equipe do Núcleo de Planejamento e Gestão da Informação .** a) Magali Breda
154 (Socióloga) b) Palmiro Junior (analista de Sistema) c) Sérgio Inácio (Estatístico) d) Thiago Angelis (
155 Economista). Registrada a presença do Sr Márcio Fernandes, Diretor Executivo da Caixa Econômica
156 Federal. A Conselheira Letícia Reis finalizou explanando que esses dados retratam um estudo da evolução
157 da índice da vulnerabilidade, que retrata uma melhoria em todas as dimensões. Na verdade, é um pedaço
158 do programa de monitoramento e avaliação, havendo a ideia de aprofundar bastante a sua conclusão,
159 com critérios absolutamente técnicos e objetivos. ° **Período da Tarde. ° Retorno aos trabalhos às**
160 **13h 30 min.** Após o almoço, os Conselheiros ainda pontuaram comentários sobre a apresentação
161 referente ao Programa Família Paranaense. A Conselheira Inês Roseli Soares Tonello (APAE de Francisco
162 Beltrão) lembrou as dúvidas surgidas no passado. Hoje coroados de êxito, retratado em números e
163 referendado por um técnico que é reconhecida autoridade em estatística. Disse ter escolhido esse
164 momento para parabenizar pelo esforço e a grandeza que esse Programa demonstra. Avaliou sentir-se
165 honrada em ser Conselheira da região que representa, com um bellissimo trabalho dos seus municípios.
166 Houve manifestação da representante dos Escritórios Regionais da SEDS, a Conselheira Francieli Schmidt,
167 de Francisco Beltrão, segundo ela quando o município abraça a causa pela população, as coisas
168 acontecem. Convidou todos os presentes a refletirem, procurando uma ação que oportunize o Conselho
169 Municipal se fazer mais presente. De maneira oportuna, o Presidente Rubens Marcon considerou esse
170 trabalho excepcional porém destacou que a apresentação foi essencialmente técnica e 50% dela não foi
171 compreendida. Entendeu que seria oportuno, fazer chegar às mãos dos conselheiros esse material
172 resumido e entendível, com o seu crescimento palpável. Concordou a Conselheira Letícia Reis (SEDS),
173 interpretando ser difícil traduzir resultados de um programa social com números. Será necessário que se
174 tenha algo que de para difundir aos escritórios regionais e municípios. A conselheira Dulce Darolt (SEJU),
175 parabenizou o desenrolar desse trabalho hercúleo, informando também que em breve a sua pasta lançara o
176 Programa Paraná Cidadão, também uma ação de Estado que será levada avante em 12 meses.
177 Endossando a fala do Presidente Rubens. O Conselheiro Paulo (APAE) relatou que já se teve informações
178 sobre municípios que não entenderam as orientações repassadas. A Superintendente de Assistência
179 Social Maria de Lourdes ponderou que o Conselho , a área de assistência social e o Programa Família
180 Paranaense deverão enviar essas informações aos municípios. A Conferência poderá ser a oportunidade
181 de se ter esse caminho. ° **Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial – Relatora:**
182 **Lorena (COHAPAR): 1 Ofício nº003/2015 do CMAS de Francisco Beltrão:** A comissão ficou ciente
183 do referido ofício, que apresenta o Parecer da Comissão do Conselho Municipal de Assistência Social de
184 Francisco Beltrão, onde este aponta diversas irregularidades no funcionamento da entidade Santa Aliança
185 Assistência e Caridade. - **Parecer da Comissão:** Diante do exposto, esta comissão ratifica as
186 considerações do Conselho Municipal, por estarem embasados em situações fáticas tipificadas na
187 legislação vigente. Desse modo, para que a entidade Santa Aliança Assistência e Caridade possa solicitar
188 nova inscrição no CMAS – Francisco Beltrão, deverá atender todas as regras legais já mencionadas no
189 Parecer da Comissão do Conselho Municipal de Assistência Social de Francisco Beltrão. **-Parecer do**

190 **CEAS:** Aprovado ° **Comissão de Políticas Sociais – Relatora: Rosilene(CRESS) Pauta**
191 **Permanente: Panorama de Pagamento do Renda Família Paranaense:** Não houve alteração dos
192 valores apresentados na reunião do mês de Agosto. **Parecer da Comissão:** Ciente. - **Parecer do CEAS:**
193 Ciente - **3.2 Pauta Permanente: Panorama de Pagamento do Incentivo Família Paranaense:**
194 INCENTIVO DELIBERAÇÃO 42/13. A técnica Paula, da UTPFP, informa que, referente à primeira parcela do
195 Incentivo Família Paranaense, 95 municípios já receberam a parcela; 05 municípios estão com pendências
196 nos documentos enviados. INCENTIVO DELIBERAÇÃO 42/13. Referente à segunda parcela do Incentivo,
197 dos 95 municípios que receberam a primeira parcela, 3 ainda não enviaram prestação de contas, 52
198 municípios estão com pendências nos documentos enviados, 05 estão em análise da prestação de contas
199 no setor financeiro e 35 foram pagos. Os municípios que ainda não receberam as respectivas parcelas,
200 devem se atentar ao cumprimento dos critérios da deliberação 042/13 CEAS para o recebimento de cada
201 parcela. **INCENTIVO II DELIBERAÇÃO 28/15:** A técnica Paula, da UTPFP, informa que, referente ao
202 Incentivo II 48 municípios receberam recurso, 03 municípios estão em análise no financeiro, 04
203 municípios estão com pendências nos documentos enviados e 01 município enviará documentos para
204 adesão (Moreira Salles), conforme Deliberação 45/15. **Parecer da Comissão:** Ciente. E referente ao
205 Incentivo II os municípios de Cerro Azul e Agudos do Sul devem apresentar os documentos pendentes
206 quanto a Deliberação nº: 28/2015 – CEAS até a data de 05 de Outubro no ER, sendo necessário
207 elaboração de Deliberação. - **Parecer do CEAS:** Ciente - **3.3 Pauta Permanente: Programa Luz**
208 **Fraterna :** Não houve alteração dos valores apresentados na reunião do mês de Agosto. **Parecer da**
209 **Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente - **3.4 Panorama das construções dos CRAS e CREAS :**
210 As coordenadoras das Proteções Básica e Especial apresentaram o panorama das construções dos CRAS e
211 CREAS, Gladys fez o relato referente o panorama das deliberações referente as construções do CRAS,
212 sendo que do **Convênio 023/2009 SETP/Paranacidade / SEDU 43** foram inaugurados durante os
213 anos de 2010 a 2015. Em 2011, o Conselho Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná
214 (CEAS/PR), por meio da Deliberação nº 015/2011 aprovou a ordem de prioridade para a construção de
215 Centros de Referência de Assistência Social em 11 municípios e Atualmente 4 CRAS já foram
216 inaugurados, 5 estão em fase de construção e 2 estão aguardando disponibilidade orçamentária, já no
217 ano de 2012, o CEAS aprovou por meio da Deliberação nº 033/2012 a utilização do recurso da Fonte 147
218 do orçamento anual do FEAS, no que se refere à ação de cofinanciamento para construção de 6 CRAS,
219 utilizando a nova planta de CRAS do Paraná, atualmente 05 CRAS estão com suas obras em andamento e
220 01 está aguardando disponibilidade orçamentária. E no ano de 2013, o CEAS aprovou a construção de
221 CRAS em 29 municípios através da Deliberação nº 048/2013, bem como procedimentos, prazos e
222 orientações para a Expansão Estadual – 2013. Sendo que 25 municípios estão com Termo de Ajuste
223 assinados e 04 municípios estão em fase de formalização de Termo de Ajuste. Destes municípios, 11
224 serão contemplados com recursos do Programa Família Paranaense / BID, sendo eles: Campina do
225 Simão, Reserva do Iguazu, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, Ortigueira, Ivaí, Itaperuçu, Prudentópolis,
226 Bocaiúva do Sul, General Carneiro e Ribeirão do Pinhal. Em 2013 ainda, o CEAS aprovou por meio da
227 Deliberação nº 057/2013 os critérios de partilha de recursos para a expansão de construção de CRAS
228 2014, com previsão de 23 CRAS, publicado através do Edital SEDS nº 015/2013, com os municípios já
229 hierarquizados, conforme Deliberação CEAS nº 056/2014 e que encontra-se aguardando disponibilidade
230 orçamentaria. A coordenadora da CPSE apresentou seu panorama referente as Resoluções 62/2013 e
231 88/2013. A Resolução 62/2013 prevê a construção de 12 unidades em municípios de pequeno porte.
232 Sendo que, ficou definido pela construção de 8 unidades CREAS com confinanciamento do BID previstas
233 para iniciarem em 2016, a construção das outras 4 unidades estão previstas para 2017 para ocorrer
234 através de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/PR). Com relação a Resolução nº:
235 88/2013 CEAS esta prevista a construção de outras 14 unidade de CREAS, para essa resolução a SEDS
236 está aguardando liberação orçamentaria e financeira para retornar o processo. **Parecer da Comissão:**
237 Ciente. - **Parecer do CEAS:** Ciente - **3.5 Homologação das vagas/cursos do Pronatec Brasil Sem**
238 **Miséria:** A técnica Odelita informou que foram liberadas as vagas/cursos do Pronatec para execução em
239 2015, após inúmeras prorrogações do MEC, foram homologadas os cursos conforme critérios próprios do
240 governo federal que acarretou a descobertura de cursos em 64 municípios paranaense. Em contato com
241 os municípios a CPSB identificou que este processo tem gerado um desconforto entre as equipes técnicas
242 municipais e os usuários, sobre tudo que a maior parte da execução previstas para 2015 será através de
243 EAD. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente - **3.6 Acesso à folha de pagamento**
244 **do Programa Bolsa Família :** A técnica Odelita informou que em março desde ano foi implantado o
245 Portal de Acesso aos sistemas estaduais da SEDS, neste período foram enviados senhas aos gestores
246 municipais da Assistência Social, para que estes habilitassem suas equipes , conforme a necessidade de
247 acesso aos diversos sistemas integrantes destes. Atualmente há 180 municípios com acesso ao Portal,
248 totalizando 360 pessoas, ressaltamos a importância dos 219 municípios regularizar seus acessos junto ao
249 portal, considerando a necessidade do acesso a folha de pagamento do PBF e os procedimentos de
250 gestão do mesmo. **Parecer da Comissão:** Ciente - **Parecer do CEAS:** Ciente - **3.7 Coordenações**
251 **Municipais Intersectoriais do Programa Bolsa Família :** A técnica Odelita relatou o processo de
252 construção da nota técnica conjunta 01/2014 SEDS/SED/SESA a respeito a orientação aos municípios

253 sobre a constituição de coordenações municipais intersetoriais do PBF visando incentivar e potencializar
254 as ações intersetoriais do programa. Até a presente data foram recebidos 320 planos municipais
255 intersetoriais e 260 municípios sinalizaram a criação da CMI. **Parecer da Comissão:** Ciente - **Parecer**
256 **do CEAS:** Ciente . - **3.8 Incentivo família Paranaense para equipes Volantes:** Solicitação de
257 retirada da pauta, para próxima reunião. **Parecer da Comissão:** Ciente - **Parecer do CEAS:** Ciente. -
258 **3.9 Incentivo Família Paranaense para reformas, melhorias e ampliações de CRAS:** A técnica
259 Gladys da CPSB apresentou minuta de deliberação referente os critérios de partilha de recursos do
260 Programa Família Paranaense para ampliação, reforma e melhoria dos Centros de Referência da
261 Assistência Social – CRAS. **Parecer da Comissão:** Aprovada minuta de deliberação. **Parecer do CEAS:**
262 **Aprovado.** - **3.10 Protocolo 11.449.059-8 Construção de CRAS no município de Vera Cruz do**
263 **Oeste:** Retirado da pauta, encontra na comissão de Financiamento. **Parecer da Comissão:** Ciente.
264 **Parecer do CEAS:** Ciente. **Inclusão de Pauta: Serviço de Acolhimento Institucional de adultos e**
265 **famílias – Cofinanciamento Estadual:** A técnica Priscila da CPSE apresentou minuta de deliberação
266 para a expansão do Piso Paranaense de Assistência Social, na modalidade PPAS V – Serviço de
267 Acolhimento Institucional para Adultos e famílias da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, para
268 cofinanciamento estadual no valor de 50%, do valor cofinanciado pelo Ministério de Desenvolvimento
269 Social e Combate à Fome – MDS, assim como estabelece critérios para a prestação de contas. Poderão
270 ser beneficiados os municípios de Curitiba, Foz de Iguaçu, Londrina, Piraquara e Ponta Grossa, que foram
271 contemplados na expansão para o Serviço de Acolhimento de Adultos e famílias, por meio da Resolução
272 do CNAS nº 11/2014, e que formalizaram o aceite junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e
273 Combate à Fome – MDS e elaboraram o Plano de Ação. A conselheira Mileny relatou o ofício que o CMAS
274 de Londrina encaminhou através do conselheiro Carlos questionando o não repasse do cofinanciamento
275 do Estado. **Parecer da Comissão:** Aprova a minuta apresentada, e solicita resposta ao ofício do CMAS
276 de Londrina. **Parecer do CEAS:** Aprovado . Houve um aparte da Conselheira Letícia Reis relatando que o
277 procedimento do repasse Fundo a Fundo é bastante novo. É necessário que se deem alguns passos
278 internos, sob análise do Núcleo Jurídico. A intenção da Coordenadora foi apresentar uma Deliberação que
279 fixasse critérios de partilha. Através da Conselheira Gladys Tortato, foi lido o teor da minuta que poderia
280 ser aprovada pelo Conselho, caso não houvesse dúvida jurídica. Carmem Zadra (SEDS) leu o conteúdo da
281 Deliberação – Financiamento de 50% destinados aos municípios que fizeram o aceite – Piso Paranaense –
282 a partir de outubro. ° **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização – Relator:**
283 **Conselheiro Artur. 4.1 Pauta Permanente: Educação Permanente do SUAS:** A Conselheira Tatiana
284 relata que estamos iniciando o processo para a 2ª turma do Programa Residência Técnica no SUAS em
285 parceria com a SETI a qual estará fornecendo o recurso para o referido programa. A conselheira
286 apresenta ainda a revista do Conselho Nacional de Estado da Administração - CONSAD, destacando entre
287 os painéis apresentados o Programa Residência Técnica no SUAS por ser pioneiro no Brasil (apresentado
288 pela conselheira Tatiana em maio/2015). Agradece também a todos os envolvidos, pois com a
289 colaboração de todos estamos avançando e fazendo deste programa um sucesso. **Parecer da comissão:**
290 Ciente e solicita inclusão de apresentação do Programa Residência Técnica no SUAS para a reunião da
291 sociedade civil do mês de novembro. **Parecer do CEAS:** Aprovado - **4.2 Pauta Permanente:**
292 **Vigilância Socioassistencial:** A conselheira Tatiana informa sobre estudo da Vigilância Socioassistencial
293 nos municípios do Paraná (Censo SUAS 2012/2013 x PMAS 2014-2017) realizado pela equipe da
294 CGS/SEDS. A técnica Tatiani Macarini relata sobre os resultados do Estudo Técnico e apresenta a
295 estrutura do Estudo e a metodologia utilizada para a construção do mesmo. A técnica conceitua o Plano
296 Municipal de Assistência Social e a importância do preenchimento correto do Censo SUAS. Apresenta o
297 panorama da Vigilância Socioassistencial no Paraná baseado nos dois instrumentos citados com seus
298 desafios e avanços. **Parecer da comissão:** Ciente e solicita inclusão de apresentação do Estudo da
299 Vigilância Socioassistencial para a reunião da sociedade civil do mês de novembro. **Parecer do CEAS:**
300 **Aprovado.** Após algumas análises, a técnica Priscila novamente apontou o conteúdo da minuta de
301 Deliberação, com a regulamentação e competência do Estado, bem como a condição para o repasse de
302 recursos do fundo estadual aos municípios. ° **Comissão de Acompanhamento aos CMAS – Relator:**
303 **Conselheiro Paulo Silveiro. 5.1 Ofício nº024/2015 do CMAS de Mamborê:** O município de
304 Mamborê não encaminhou o Balancete do Fundo, e sim, o Demonstrativo de Despesa. **Parecer da**
305 **Comissão:** Encaminhar Ofício ao CMAS de Mamborê informando que o documento solicitado refere-se à
306 cópia do Balancete do Fundo, e o documento encaminhado foi o demonstrativo de despesa, o qual não
307 consta os Projetos Atividades. **Parecer do CEAS:** Aprovado.. **5.2 Ofício nº02/2015 do CMAS de Boa**
308 **Vista da Aparecida: O CMAS de Boa Vista da Aparecida encaminhou o ofício nº02/2015 em**
309 **resposta ao Ofício nº100/2015 do CEAS/PR.** Em análise às documentações, foi possível constatar
310 que: **a)** A Lei foi atualizada em 2011. Na Lei o Conselho é composto com paridade e proporcionalidade.
311 **b)** Encaminharam as Atas dos meses de Dezembro/2014 à Junho/2015. **c)** Encaminharam Quadro de
312 execução de despesas do FMAS. **d)** Não encaminharam Decreto de nomeação de conselheiros. **e)** Não
313 encaminharam informações sobre a Secretaria Executiva. **Parecer da Comissão:** Solicitar ao município o
314 encaminhamento do Decreto de nomeação dos conselheiros e informações sobre a Secretaria Executiva
315 do CMAS (com a cópia do Ato de designação). **Parecer do CEAS:** Aprovado. **Inclusão de Pauta: Ofício**

316 **nº05/2015 do CMAS de Quatro Pontes: O CMAS de Quatro Pontes encaminhou o ofício**
317 **nº05/2015 em resposta ao Ofício nº124/2015 do CEAS/PR. Em análise às documentações**
318 **encaminhadas, foi possível constatar que: a)** A última alteração da Lei ocorreu em 2013. O Conselho
319 é composto paritariamente para o mandato de 4 anos. **b)** Encaminham Decreto de 2015 com a nomeação
320 de conselheiros. **c)** Encaminharam as Atas de março e julho/2015 (na Lei consta que as reuniões serão
321 mensais). **d)** Encaminharam Portaria com a designação da Secretaria Executiva. **Parecer da Comissão:**
322 Orientar o CMAS quanto ao cumprimento da Lei de criação do Conselho no que se refere às realizações
323 de reuniões mensais. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **° Indicação dos Conselheiros Estaduais para a**
324 **Conferência nacional.** Compartilhando as opiniões, o plenário chegou a um consenso:- seriam
325 destinadas quatro vagas à Sociedade Civil:- uma para o Conselheiro Presidente, para usuário,
326 representante de Entidade e trabalhador do setor, a saber:- Conselheiros Rubens Marcon, Artur e Zilma,
327 Paulo e Inês Roseli, Andréia e Mileny (titular e Suplente). Os representantes do segmento governamental
328 serão definidos depois. **° Inclusão de pauta. ° Conselheiro Vanderlei – Regional Cascavel.** Maior
329 aproximação e diálogo com os Conselheiros e Escritórios Regionais. Comentou que nas assembleias de
330 eleição para a Conferência Nacional, os Conselheiros não foram chamados pelos escritórios regionais. Os
331 conselheiros não participaram do Comitê do Programa Família Paranaense. Foram detectados Municípios
332 que desconhecem a existência de um conselheiro da sua região, como integrante do CEAS. Abrir a
333 possibilidade dos conselheiros estaduais se apresentarem nas regiões (para tal, será construída uma
334 orientação conjunta). **° Conselheira Rosilene – Reivindica uma capacitação sobre saúde**
335 **mental, para quem atua na área de saúde e assistência.** Segundo a Conselheira Malvina, a divisão de
336 saúde mental vem realizando diversos eventos, com a adesão de alguns municípios. Existem os arranjos
337 em rede que são da equipe técnica do município. Foi informado que o material da oficina está
338 disponibilizado no site da SESA. A par disso, a Conselheira Tatiana possa (SEDS) registrou que está
339 vigente o Plano Estadual de Capacitação, porém não tem essa ação específica. Planeja-se levar avante
340 não próximo ano. A técnica Carmem Zadra (SEDS) julgou oportuno repassar que todas as capacitações
341 da SEDS tinham no seu eixo a Saúde Mental. Será tentada a possibilidade de contemplar essa temática.
342 Definiu a Conselheira Rosilene que no seu município não se sabe como proceder, sendo fundamental
343 orientar os técnicos. A representante da SESA, Conselheira Malvina respondeu que o Paraná possui cerca
344 de 2000 postos de saúde. Existem os consórcios municipais, as referências regionais para todas as
345 especialidades. Pensar numa forma prática de aliar a Proteção Social Especial com saúde. Já na
346 sequência, algumas sugestões foram apresentadas:- o Conselheiro Paulo apontou que o desdobramento
347 desse trabalho fosse pautado na reunião de novembro. Verificar qual é o planejamento da coordenação
348 CPSE. Que essa matéria vá para a Comissão de Políticas Sociais, sugeriu o Conselheiro Artur. **° Relatório**
349 **da Defesa Civil no que se refere à situação das chuvas no Paraná.** Nesse momento em que todas
350 as atenções se voltam para os municípios paranaenses assolados pelos vendavais, o colegiado recebeu a
351 visita do Capitão Borba, integrante da defesa civil do Estado. Registrando uma atuação efetiva no que se
352 refere à situação aflitiva, vivenciada pelas famílias vítimas de chuvas, o militar informou que o Paraná
353 hoje conta com 43 municípios afetados, porém apenas 5 poderiam ser reconhecidos pelo Governo
354 Federal, já que esse legisla e estabelece critérios (tem que ocorrer danos ambientais e materiais). O
355 Estado atuou com a distribuição de cobertores, cestas básicas, participação do Corpo de Bombeiro e
356 PROVOPAR. Convicta a conselheira Inês Roseli Tonello agradeceu a presença do representante da Defesa
357 Civil, enfatizando a importância que é receber neste Colegiado, alguém que está numa posição de
358 socorro. Relatou que o seu município (Francisco Beltrão) foi assolado recentemente por um tornado,
359 apresentando residências inteiramente devastadas, assim é importante saber estender a mão com
360 praticidade, o que vem ocorrendo com a equipe da Defesa Civil. Da parte do Conselheiro Ricardo
361 Vilarinho da Costa veio informação de que alguns municípios apresentam dificuldades para acessar
362 verbas. Registrando, o Capitão Borba citou que o Estado do Paraná possui um sistema de informações
363 rápido e eficiente. Nesta esteira, ressaltou que se fez presentes à Conferência Mundial em Desastres da
364 ONU e este Estado foi melhor colocado no preparo para atender tais registros. Exemplificou que essa
365 Conferência ocorreu sábado e já na segunda-feira o Governador Carlos Alberto Richa assinou um Decreto
366 que formalizou o atendimento necessário . A conselheira Maria Auxiliadora expressou os seus
367 cumprimentos, citando que o seu município de Sarandi esteve em estado de emergência , sendo atendido
368 com brevidade. Sem hesitações, o Presidente Rubens agradeceu, afirmando que no CEAS/PR busca-se a
369 melhoria do ser humano na sua base. Foram anotados os contatos repassados pelo Capitão Borba, que
370 muito serão úteis aos municípios. **° www.defesacivil.pr.gov.br (boletins atualizados três vezes ao**
371 **día) ° Fones :- (41) 3210-2734 ou 3210-2707, com plantão 24 horas. Coordenação Estadual:-**
372 **Coronel Castilho. ° Resolução Para Aprovação do Cofinanciamento de serviços de Acolhimento.**
373 Considerando ser este o momento ideal para serem discutidas as condições dos serviços, a Conselheira
374 Elenice Malzoni, da Proteção Social Especial procedeu alguns esclarecimentos fundamentais para os
375 conselheiros. A pedido, fez uma narrativa sobre a atual situação dos haitianos que aqui aportam.
376 Segundo a técnica, falar do migrante não pode ter uma referência simplista; essa população aqui chega
377 com um imenso sentimento de perda. O atendimento prestado está sendo constantemente avaliado:
378 intérpretes para francês, inglês e o dialeto créole. Essa população chega ao Paraná com problemas de

379 saúde, desenvolvendo transtorno mental com facilidade devido ao stress. A última leva era composta por
380 22 ônibus e os destinos passam por São Paulo, Cascavel, Maringá. Atualmente, os migrantes estão com
381 dificuldades de conseguirem emprego formal, são vítimas de racismo e outros preconceitos. Vale informar
382 que Santa Catarina é o estado do sul que mais recebe haitianos. Dos 200 triados na rodoviária de
383 Curitiba, 19 foram acolhidos na comunidade Hermon, todos já encaminhados para trabalho. Foi ainda
384 esclarecido que a equipe que com eles atua, precisa encontrar-se altamente preparada, pois entre as
385 mulheres migrantes depara-se com pedagogas, enfermeiras, psicólogas e economista. Pediu a palavra a
386 Conselheira Inês Roseli (APAE) , solicitou que os valores destinados a pessoa com deficiência pudessem
387 ser revistos, já que encontram-se muito baixos. Respondeu a Conselheira Elenice Malzoni (CPSE)
388 afirmando que abriu-se um credenciamento das entidades e lá contavam esses valores. Houve uma
389 preocupação da SEDS e sentou-se com o grupo das APAES. Não houve esse credenciamento justamente
390 pela falta da documentação e verificou-se que estariam recebendo, R\$ 2.360,00 como os demais. Foi
391 também informado da inauguração de duas Residências Inclusivas (Mallet), uma real conquista da SEDS
392 e CEAS/PR. Após muita mobilização do Escritório Regional de Irati, a equipe recebeu cumprimentos. O
393 Presidente Rubens pleiteou que, havendo possibilidade, os assuntos pautados fossem enviados aos
394 Conselheiros com antecedência, facilitando as possíveis contribuições. Aproveitou para apresentar um
395 jornal de Maringá, através do qual o Governador Carlos Alberto Richa lança a instalação do Fundo de
396 Combate à Pobreza, criado para atuar na redução das desigualdades sociais. Comentou ter recebido
397 informações de que estavam sendo reduzidos os recursos e é uma indagação que se faz. Diante dessas
398 colocações, o Conselheiro Paulo (APAE) propôs que seja votado como uma deliberação do Conselho e que
399 se traga ao plenário uma apresentação . Caso se trate de uma coisa legítima, esclarecer essas questões-
400 Aprovado. Complementando, o Conselheiro Vanderlei questionou onde será colocado esse Fundo e
401 destinado a quem, pois são detalhes que poderão ser questionados na Conferência. Na sequência, após
402 menção da Presidência o plenário indicou o Conselheiro Ricardo Vilarinho, para representar o CEAS/PR na
403 XI Conferência Municipal de Assistência Social de Curitiba. ° Eleição do CEDCA/PR já divulgada no site. O
404 Conselheiro Paulo solicitou que se registrasse em ata, a recomposição do Conselho Estadual da Criança e
405 do Adolescente , parabenizando esse processo, através de Leandro Nunes Meller e todas as Regionais.
406 Ao final da assembleia, o Presidente Rubens Marcon agradeceu o apoio da Secretaria Executiva, que a
407 todos recebe de forma fraternal. Expressou que todos levam no pensamento, a condição de estarem
408 unidos na Conferência, sem qualquer esmorecimento , e com o coração fraterno visando o bem estar do
409 semelhante. A presente ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles, digitada por Michelly Miranda,
410 sendo a Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.